

## Memorando 1- 198/2025

---

**De:** Salvelina S. - SRG

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 21/01/2025 às 13:42:14

**Setores envolvidos:**

SRG, GVJIBF

### PROJETO DE LEI\_FIM ESCALA 6X1

Boa tarde,

Segue a devolutiva do documento corrigido.

**Observações:**

O documento foi corrigido de acordo com a norma padrão da língua portuguesa. Para uniformização, foi utilizado o Manual de Redação da Presidência da República. Os ajustes semânticos (caso existam) são sugestões para deixar o texto mais coerente e coeso.

Qualquer dúvida ou questionamento, por favor, entre em contato.

Atenciosamente,

Salvelina Moraes dos Santos Redatora

—

**Salvelina Moraes dos Santos**

*Redatora*

**Anexos:**

PL\_FIM\_DA\_ESCALA\_6X1\_NO\_MUNICIPIO\_DE\_ARACAJU.docx

PL\_FIM\_DA\_ESCALA\_6X1\_NO\_MUNICIPIO\_DE\_ARACAJU.pdf



**ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025**

**Autoria: Vereador Iran Barbosa**

Estabelece o fim da escala de trabalho 6x1 nas terceirizações, contratações de obras e serviços, e nas celebrações de parcerias públicas ou privadas realizadas pela Administração Pública do município de Aracaju, e dá outras providências.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU:**

Faz saber que a Câmara Municipal de Aracaju aprovou, e ela sancionou a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei estabelece o fim da escala de trabalho 6x1 nas terceirizações, contratações de obras e serviços, e nas celebrações de parcerias públicas ou privadas, realizadas pela Administração Pública do município de Aracaju.

**Parágrafo Único.** Estão subordinadas ao regime desta Lei os órgãos da Administração Municipal Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

**Art. 2º.** Ficam proibidas jornadas de trabalho na escala 6x1 na execução e vigência de contratações, de obras e serviços, e nas celebrações de parcerias com organizações da sociedade civil que recebam recursos públicos, no âmbito do município de Aracaju.

**§ 1º.** O disposto no caput deste artigo não implicará em redução salarial ou perda de quaisquer direitos dos empregados e terceirizados, como vale-refeição ou vale-alimentação.

**§ 2º.** Serão assegurados 3 (três) dias de repouso semanal remunerado aos empregados e terceirizados, sendo, ao menos um dia, sábado ou domingo.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

**Art. 3º.** A Administração Pública Municipal estabelecerá, nos atos dos procedimentos licitatórios e das parcerias firmadas com o poder público, a inclusão de cláusula que limite a jornada de trabalho dos empregados a 32 (trinta e duas) horas semanais, a serem cumpridas em 4 (quatro) dias da semana.

**Parágrafo Único.** Serão abrangidos pelo disposto no caput deste artigo os contratos de prestação de serviços continuados com licitação, e aqueles com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Art. 4º.** Os termos de parceria para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco e os contratos administrativos, de natureza temporária ou não, para contratação de obras e serviços celebrados pelo Poder Público deverão conter cláusula obrigatória que estabeleça o dever do parceiro e do contratante de:

- I - limitar a execução da jornada de trabalho dos empregados a 32 (trinta e duas) horas semanais, a serem cumpridas em 4 (quatro) dias da semana;
- II - apresentar acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho ou norma interna em que esteja prevista a pactuação de jornada de trabalho dos empregados conforme o art. 2º desta Lei;
- III - dispor de relatórios semestrais de registros de ponto ou outros documentos que comprovem o cumprimento da jornada de trabalho pelos empregados alocados ao respectivo contrato ou parceria.

**Art. 5º.** Os contratos e os termos de fomento e cooperação vigentes na data de publicação desta Lei deverão ser aditados pelo Poder Público, tendo como requisito a apresentação concomitante de:

- I - cronograma de ajuste financeiro das parcerias e contratos firmados e celebrados com a Administração Pública Municipal; e
- II - acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho ou norma interna que assegure jornada de trabalho compatível com a disposição desta Lei.

**Parágrafo Único.** Os aditamentos, o cronograma de ajuste financeiro e os acordos e convenções de trabalho de que trata o caput deste artigo deverão ser publicados integralmente no Diário Oficial do Município, no prazo de 180 dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Praça Olímpio Campos, 74 – CENTRO CEP. 49010-010 Fone: 2107-4800



**ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

**Art. 6º.** Será facultado ao Poder Público oferecer ajuste financeiro complementar aos contratos e parcerias mencionados no art. 5º, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral dos objetivos e obrigações firmados nas contratações e nas parcerias.

**Art. 7º.** O descumprimento das obrigações previstas no art. 5º promoverá:

**I -** A rescisão unilateral do contrato ou encerramento da parceria por parte da Administração Pública, podendo ser revertida mediante apresentação de novos documentos no prazo de 30 dias; ou

**II -** A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, até que sejam apresentados os ajustes financeiros e os instrumentos normativos exigidos por esta Lei.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor em até 180 dias após sua data de publicação.

Palácio Graccho Cardoso, Aracaju/SE, 21 de janeiro de 2025.

**IRAN BARBOSA**  
**Vereador – PSOL**

**JUSTIFICATIVA**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Este projeto de Lei é uma adequação para o município de Aracaju da iniciativa da Vereadora Amanda Paschoal, do Psol de São Paulo, e visa estabelecer o fim da escala de trabalho 6x1 nas terceirizações, contratações de obras e serviços, e nas celebrações de parcerias públicas ou privadas realizadas pela Administração Pública do município de Aracaju. O objetivo principal da proposta é contribuir para a promoção do trabalho decente no município de Aracaju e a promoção da saúde, lazer e segurança dos trabalhadores.

Esta Lei se inspira na Proposta de Emenda à Constituição, PEC pelo fim da escala 6x1, proposta pela Deputada Federal Erika Hilton, na Câmara dos Deputados, que trata sobre a redução da jornada de trabalho no Brasil, estabelecendo uma jornada de 36 horas semanais e de 4 dias na semana.

Em razão disso, esta proposição de Lei proíbe escalas de trabalho no modelo 6x1 nos contratos com Administração Pública (art. 2º), de modo que a redução da jornada proposta esteja acompanhada da preservação da remuneração dos trabalhadores e seus benefícios, como vale alimentação e refeição (art. 2º, § 1º), além de determinar que pelo menos uma das folgas/descanso deverá ser no final de semana (art. 2º, § 2º). A proposta determina também que os contratos firmados pela Administração Pública Municipal adotem como cláusula contratual a observância de uma jornada para os contratados de 32 horas semanais, distribuídas em 4 dias da semana (art. 3º), requerendo que seja apresentada, também, a comprovação do acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho ou norma interna que trate sobre a jornada de trabalho conforme a lei proposta.

A escala 6x1 é um modelo de jornada de trabalho em que os trabalhadores folgam apenas um dia na semana, enquanto trabalham os outros seis dias. A realidade de quem trabalha nessa escala é de desumanização, condições de trabalho precário e a violação dos direitos trabalhistas, especialmente a violação ao descanso semanal remunerado, fraude ao banco de horas e horas extras habituais forçadas, muitas vezes caracterizadas por jornadas exaustivas análogas à escravidão.

Segundo os dados produzidos pela Lagom Data (<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/contratos-6x1-a-cara-o-brasil-que-trabalha-dema-is-e-ganha-de-menos/>) De acordo com a revista CartaCapital, no





**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Brasil, 32 milhões de trabalhadores estão submetidos à escala 6x1, representando quase dois terços dos empregos formais. Além disso, 82% dos trabalhadores do comércio e serviços que seguem essa escala recebem menos de dois salários mínimos mensais. Essa jornada excessiva não apenas limita a vida pessoal desses trabalhadores, como também dificulta sua progressão educacional e qualificação profissional, perpetuando um ciclo de baixa remuneração e poucas oportunidades de crescimento.

Um levantamento realizado pela Repórter Brasil, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (SmartLab), revela que, das 20 ocupações com mais notificações de acidentes de trabalho em 2022, 12 também figuram entre as 20 categorias com o maior número de contratos semanais de 41 horas ou mais – sendo que o limite constitucional é de 44 horas semanais, conforme a Constituição Federal de 1988. Isso indica que as categorias profissionais com cargas horárias superiores a 41 horas semanais, em sua maioria organizadas na escala 6x1, estão mais expostas a riscos ocupacionais e acidentes de trabalho.

Nesse contexto, a saúde e a segurança dos trabalhadores — áreas de competência do município de Aracaju — enfrentam como desafio estruturante as jornadas de trabalho excessivas. Essas jornadas, em especial a escala 6x1, contribuem significativamente para o aumento dos índices de acidentes ocupacionais e são uma das principais causas de adoecimento dos trabalhadores.

A escala 6x1 representa um modelo extenuante de trabalho, que se ancora na precarização trabalhista e nos baixos salários, em benefício do lucro das empresas e dos empregadores. Não à toa, o fenômeno de terceirização dos serviços públicos organiza-se sob o mesmo formato de exploração do trabalho e de imposição de jornadas excessivas para os contratados. Além disso, a escala 6x1 e a terceirização possuem em comum os maiores índices de acidentes de trabalho, comprometendo a saúde mental e física dos trabalhadores. (<https://reporterbrasil.org.br/2024/11/escala-6x1-empregos-com-jornada-excessiva-causam-mais-acidentes-de-trabalho/>)

Pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), intitulada “Terceirização e Desenvolvimento: Uma conta



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

que não fecha”, destaca que a cada 10 acidentes de trabalho ocorridos no Brasil, oito dizem respeito a empregados terceirizados. Ou seja, os terceirizados são as maiores vítimas de acidentes de trabalho e precisam de políticas públicas que enfrentam as causas desse agravo ocupacional.  
(<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-04/cut-e-dieese-sustentam-que-80-dos-acidentes-de-trabalho-atingem-terceirizados>)

A cidade de Aracaju possui um orçamento bilionário e destina investimentos robustos para a realização de obras e serviços por toda a cidade, nos quais utiliza a contratação, de natureza temporária ou não, de diversos trabalhadores. Diversos serviços são oferecidos por Organizações Sociais, por empresas terceirizadas e por contratos temporários, que operam continuamente e onde os trabalhadores cumprem jornadas excessivas. Nesse cenário, o próprio município precisa incentivar e estabelecer instrumentos para que a precarização do trabalho não seja regra nas licitações e contratações com o Poder Público.

A Lei Orgânica do Município de Aracaju, no artigo 79, inciso IX trata sobre a segurança no trabalho e saúde do trabalhador. Ao município cabe, em conjunto com outros entes federativos e entidades representativas dos trabalhadores, desenvolver ações visando à proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, como controle das condições de segurança, vigilância sanitária e epidemiológica e assistência às vítimas de acidentes de trabalho.

O excesso de jornada dos trabalhadores tem contribuído para o risco de saúde e segurança dos trabalhadores, por comprometer o tempo de recuperação necessária e o tempo para exercício de atividades humanas fundamentais, como tempo de lazer, acesso aos serviços e acompanhamentos médicos, tempo de qualidade com a família, e até mesmo a qualificação profissional.

A redução da jornada de trabalho para 32 horas semanais, no decorrer de 4 dias da semana, enfrentaria os efeitos da exaustão dos terceirizados, diminuiria os acidentes e mortes em razão do trabalho, além de contribuírem para a redução dos agravos de saúde dos trabalhadores como estresse, burnout, exaustão, depressão e ansiedade, entre outros.

Os registros do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), que  
Praça Olímpio Campos, 74 – CENTRO CEP. 49010-010 Fone: 2107-4800



**ESTADO DE SERGIPE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

incluem também trabalhadores sem registro formal em carteira, notificaram 93 mil acidentes de trabalho em 2022. Em razão desse quadro de insegurança à saúde dos trabalhadores, cabe à Administração Pública, que possui responsabilidade na gestão dos contratos terceirizados, adotar medidas de controle e de segurança aos agravos de saúde decorrentes das atividades laborais dos terceirizados também, impedindo jornadas excessivas e a escala 6x1.

Em razão do exposto, contamos com os colegas parlamentares para a aprovação desta proposta de Lei.

Palácio Graccho Cardoso, Aracaju/SE, 21 de janeiro de 2025.

**IRAN BARBOSA**  
**Vereador – PSOL**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2829-7917-5437-DE66

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SALVELINA MORAES DOS SANTOS (CPF 963.XXX.XXX-20) em 21/01/2025 13:42:36 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/2829-7917-5437-DE66>